



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0012190-24.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **MARIANA MORI DAKUZAKU ALVES**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou que em agosto de 2015 celebrou com a ré contrato para a prestação de serviços de telefonia e acesso à *internet*, recebendo depois fatura que pagou mesmo estando com valor superior ao ajustado.

Alegou ainda que em outubro seu telefone ficou impossibilitado de realizar ligações e, como se não bastasse, recebeu posteriormente comunicado de que tinha débito em aberto, o qual quitou para evitar ser negativada.

Salientou que não conseguiu resolver essa pendência.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

*“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).*

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade do débito em apreço.

Limitou-se em contestação a asseverar que não houve falha a seu cargo, mas não esclareceu minimamente a que consistia o montante referido nos avisos de fls. 06 e 08.

Se ele dizia respeito a alguma fatura, esta não foi amealhada e tampouco os serviços pertinentes foram detalhados.

Outrossim, não se pode olvidar de um lado que a contratação sucedeu em agosto/2015 e, de outro, que a fatura com vencimento em outubro/2015 contemplou a prestação de serviços ao longo de todo o mês de setembro (fl. 04).

Nesse contexto, seria de rigor que a ré com a indispensável segurança comprovasse que a autora estava em atraso com algum pagamento, mas isso não ocorreu.

O panorama traçado evidencia que prospera a pretensão deduzida para o fim de restituir-se à autora a quantia de R\$ 62,21, à míngua de lastro que desse suporte ao pagamento levado a cabo a propósito.

De igual modo, restou configurado o dano moral sofrido pela autora.

A ré não justificou por qual razão interrompeu os serviços contratados pela autora e, o que é pior, o motivo disso ter sucedido parcialmente (o telefone somente não efetuava ligações).

Se havia débito pendente, compreender-se-ia a total paralisação dos serviços, ao contrário do que aqui se deu.

De outra parte, as consequências decorrentes da não utilização da linha telefônica por parte da autora tomaram maior vulto porque a mesma era de natureza comercial, o que impõe reconhecer o comprometimento da atividade laborativa da autora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Tudo isso (além das tentativas sem êxito para a solução do problema cristalizadas nos protocolos elencados a fl. 04, não impugnados pela ré) patenteia o desgaste de vulto sofrido pela autora, muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana, o que de resto afetaria qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) corroboram esse entendimento.

Já o valor pleiteado pela autora está em consonância com os critérios empregados em casos afins (atenta para a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como para a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo vingar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 62,21, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2015 (época do pagamento de fl. 07), e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 09/10, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 01 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**